

## “O CORPO É UMA REALIDADE BIOPOLÍTICA”. LEITURAS SOBRE O CORPO NA BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT.

### “THE BODY IS A BIOPOLITICAL REALITY”. BODY READINGS IN MICHEL FOUCAULT BIOPOLITICS.

Luis Celestino de França Júnior<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0312-5063>

**Resumo:** O artigo investiga qual lugar ocupa o corpo em textos do filósofo francês Michel Foucault sobre biopolítica. Se a maior parte das pesquisas sobre biopolítica parece buscar compreender como se dá o investimento da política sobre a vida, o artigo oferece uma leitura sobre o corpo biopolítico a partir de *O Nascimento da Medicina Social; História da Sexualidade I; Em Defesa da Sociedade; Segurança, Território e População* e *O Nascimento da Biopolítica*. Não há um sentido único e originário de corpo na biopolítica de Michel Foucault. Da mesma forma, a compreensão de corpo não deve se resumir ao corpo biológico. A sujeição dos corpos nos regimes disciplinares de soberania se associa ao corpo da população nos regimes biopolíticos na formulação de um corpo múltiplo e complexo a partir de dispositivos, técnicas e estratégias de diferentes regimes de poder. O artigo tenta assim mostrar a importância do corpo nas leituras e pesquisas sobre biopolítica.

**Palavras-chave:** Corpo; Biopolítica; Michel Foucault.

**Abstract:** The article investigates what place the body occupies in texts by the French philosopher Michel Foucault on biopolitics. If most of the research on biopolitics seeks to understand how the investment of politics on life takes place, the article offers a reading on the biopolitical body from *La Naissance de la Médecine Sociale; Il faut défendre la société; Sécurité, Territoire et Population; et La naissance de la Biopolitique*. There is no unique and original meaning of the body in Michel Foucault's biopolitics. Likewise, the understanding of the body should not be limited to the biological body. The subjection of body in disciplinary sovereignty regimes is associated to the body of the population in biopolitical regimes in the formulation of a multiple and complex body based on devices, techniques and strategies of different power regimes. The article shows the importance of the body in readings and research on biopolitics.

**Keywords:** Body, Biopolitics, Michel Foucault.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Interdisciplinar, Sociedade, Cultura e Artes (IISCA) da Universidade Federal do Cariri. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFCA. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio sanduíche no Instituto Gramsci, de Roma. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4998271672992540>.

“Meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar,  
ligado a todos os outros lugares do mundo e,  
na verdade, está em outro lugar que não o mundo”

Michel Foucault, O Corpo Utópico.

## 1.Introdução

A biopolítica tem ocupado uma série de debates na atualidade com diferentes leituras tentando dar conta de problemas diversos o que mostra, em certa medida, a impossibilidade de se pensar qualquer problema político hoje sem observar esse investimento e captura da política sobre toda forma de vida.

Um dos pensadores mais interessantes e de leitura original sobre o tema é Paul B. Preciado. Em seu livro *Testo Junkie*, Preciado propõe uma abordagem singular, intensa e instigante, oferecendo uma proposição original a partir não só de uma leitura histórica, de uma pesquisa aprofundada sobre N temas envolvendo a constituição de um capitalismo farmacopornográfico, mas também pela sua narrativa pessoal e pela quebra de fronteiras entre os gêneros literário e filosófico, além de características de um manifesto político. Trata-se de um dos mais potentes escritos de crítica sobre a contemporaneidade.

O subtítulo do livro já apresenta sua abordagem singular: “Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica”. Entre tantos conceitos e aspectos presentes no livro, chamou atenção um aspecto peculiar de sua leitura: a proposição de um “corpo moderno biopolítico”.

O corpo moderno biopolítico, como sugeriu Foucault, não é mais uma superfície unidimensional em que o poder, a lei e a punição serão inscritos, e sim uma interioridade densa em que a vida, e também o controle político, ocorre sob a forma de troca, tráfego e comunicação. Se o biopoder tem que ir para dentro e através do corpo (*passer à l'intérieur du corps*), o espaço do corpo tem que ser estendido, inflado, aberto e ampliado para se tornar um sistema de comunicação. (PRECIADO, 2018, p. 172)

Foi a partir dessa provocação que surgiu a ideia central desse artigo. Enquanto boa parte dos pesquisadores e comentadores da obra de biopolítica parecem se interessar sobretudo pelo local que a captura da vida, a intensificação das formas de vida e a criação de modos de subjetividade ocupam no debate sobre o tema, Preciado provoca a se pensar a biopolítica a partir do corpo ou, pelo menos, instiga a pensar que não há como debater biopolítica sem também se levar em consideração o corpo como uma categoria fundamental. Em “Multidões

queer: notas para uma política dos anormais”, Preciado (2011) já apontava o corpo como central na sua proposição sobre “sexopolítica”:

A noção de sexopolítica toma Foucault como ponto de partida, contestando, porém, sua concepção de política, segundo a qual o biopoder mais do que produzir as disciplinas de normalização e determinar as formas de subjetivação. Ao nos inspirarmos nas análises de Maurizio Lazzarato, que distingue o biopoder da potência de vida, podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo. (PRECIADO, 2011, p. 11)

A partir das provocações de Paul B. Preciado, surgiram algumas questões: afinal, qual a compreensão de “corpo biopolítico” presente na obra de Michel Foucault? Em algum momento, ele se referiu a isso? De que formas o tema do corpo está presente em seu projeto de leitura da biopolítica? O corpo se articula com a vida na compreensão da biopolítica? O artigo tentará de alguma forma dialogar com essas questões.

Alguns cuidados, porém, devem ser tomados na proposta inicial dessa abordagem. A primeira é a de que as provocações presentes no texto de Paul B. Preciado servem como um ponto de partida, mas a própria noção de corpo nos textos do autor deve ser tratada com o cuidado de não se cair numa espécie de essencialismo totalizante. Pela riqueza do diálogo que trava com autores de campos diversos como Espinosa, Deleuze, Butler, entre outros, não existe uma única noção de corpo na obra de Preciado que possa ser reduzida a categorias biológicas ou mesmo discursivas. Não é objetivo do artigo, portanto, oferecer uma arqueologia do corpo em Preciado para em seguida propor uma espécie de estudo comparativo com “o corpo em Michel Foucault”. Capturou-se aqui a leitura singular de Preciado que pareceu, entre tantos leitores de Foucault, o autor que deu ênfase ao corpo na biopolítica para a proposição de conceitos como o de “sexopolítica”.

Da mesma forma, ao se propor uma investigação sobre o corpo na biopolítica de Michel Foucault afasta-se de qualquer objetivo de busca de um sentido originário a partir de uma arqueologia da biopolítica. Parte-se da hipótese de que Foucault tratou o corpo de formas diferentes ao longo de sua obra. Não há um sentido único, originário e completo. Aqui é preciso não se cair em qualquer reducionismo levando a uma compreensão do corpo como “corpo biológico”. O que interessa é sobretudo investigar como o autor inseriu o corpo em diferentes textos em que tratou da biopolítica e como é fundamental uma revisão das leituras sobre o corpo para compreender os problemas suscitados por Foucault quando elaborou suas noções de biopolítica.

Para isso, selecionou-se alguns textos: *O Nascimento da Medicina Social* (1974); o volume I da *História da Sexualidade* (1976); algumas aulas dos cursos *Em Defesa da Sociedade* (1976); *Segurança, Território e População* (1978); *O Nascimento da Biopolítica* (1979) notadamente aquelas em que Foucault se referiu diretamente à biopolítica. Dado o volume de textos, o presente artigo não pretende obviamente esgotar todas as leituras possíveis, abrindo-se a leituras que surgem ao longo do próprio percurso de pesquisa.

## 2. O Nascimento do corpo biopolítico

O termo Biopolítica aparece em destaque na obra de Michel Foucault em alguns textos dos anos 1970. A primeira vez numa conferência ministrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974: “O Nascimento da Medicina Social”. Em 1976, Foucault apresenta novamente o termo, dessa vez em dois momentos. No último capítulo do primeiro volume da *História da Sexualidade* intitulado: “Direito de morte e poder sobre a vida” e na última aula no curso “Il faut défendre la société” (Em defesa da sociedade) no Collège de France em 17 de março daquele ano. Ao longo do curso “Segurança, Território e População” retoma alguns aspectos da constituição de uma medicina social, tema da conferência de 1974 e propõe uma leitura dos regimes de poder a partir da gestão de epidemias em diferentes momentos dos séculos XVII e XVIII. Já no curso de 1978-1979, “O Nascimento da Biopolítica”, Foucault o apresenta como um projeto de estudar o liberalismo para, em seguida, chegar ao investimento da política sobre a vida.

Na formulação dos problemas de investigação desse artigo, chamou a atenção a forma como Foucault apresentou os investimentos da Biopolítica sobre o corpo na conferência de 1974.

Procurarei mostrar o contrário: que a medicina moderna é uma medicina social que tem por background uma certa tecnologia do corpo social; que a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente. (...) Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. **O corpo é uma realidade biopolítica (grifo nosso).** A medicina é uma estratégia biopolítica”. (FOUCAULT, 2011, pp. 79-80)

Assim, na primeira abordagem de Foucault sobre a biopolítica, o corpo aparece em destaque como uma “realidade biopolítica” e aqui ressaltamos que é somente nesse texto que ele apresentará o corpo expressamente nesses termos. Embora em outros textos, como se verá, a compreensão de biopolítica passa necessariamente pelas estratégias de intensificação dos corpos, Foucault não volta a colocá-lo mais nos mesmos termos que o fez na conferência de 1974.

Na última aula do curso de 1976, por exemplo, a ênfase de Foucault passa a ser, ao menos de forma expressa, sobre a vida, categoria que, por exemplo, não aparece mencionada na conferência de 1974.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar **a assunção da vida pelo poder** (*grifo nosso*): se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização pelo biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT, 2010, p. 201)

Já no último capítulo do primeiro volume da História da Sexualidade, Foucault apresenta o desenvolvimento de um poder sobre a vida a partir do século XVII em duas formas que, como bem ressalva, não constituem uma antítese entre elas, mas dois polos de desenvolvimento interligados por um feixe intermediário de relações (2012, p.151). Um pólo no desenvolvimento do corpo como máquina de adestramento junto a sistemas de controle eficazes e econômicos assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anatomo-políticas do corpo humano (2012, p.151). E um segundo pólo, surgido na segunda metade do século XVIII, centrado no corpo-espécie atravessado na “mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (2012, p. 152).

Esses processos (proliferação, nascimento, mortalidade, nível de saúde, longevidade) podem ser visíveis e identificados a partir de uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. A “era de um biopoder” surge da aproximação desses dois polos, ou seja, da aproximação de diferentes disciplinas (escolas, casernas, ateliês) com práticas políticas e observações econômicas dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração (2012, p. 152).

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltado para os

desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima abaixo. (FOUCAULT, 2012, p. 152)

Como se vê, não há uma separação nítida e bem definida entre o regime disciplinar e o regime da biopolítica e isso afeta obviamente a forma como se é possível ler os lugares do corpo na biopolítica, mas aqui é a sujeição dos corpos dentro dos regimes disciplinares que constitui um desses pólos de configuração do poder, estando o advento de estratégias e dispositivos sobre a gestão da vida presentes em outro pólo. Não mais aparece a formulação de um “corpo como realidade biopolítica”.

Antes de avançar no desenvolvimento do problema, talvez seja necessário voltar a deixar claro que não existe um único sentido de corpo ao longo da obra de Foucault. Em diferentes momentos em que ele abordou temas relativos ao corpo jamais buscou precisar um sentido único, da mesma forma como não existe nenhuma defesa da biopolítica como um sistema ou uma teoria totalizantes, sendo interessante partir de um olhar sobre corpos no plural e mesmo de estratégias, recursos e dispositivos biopolíticos em vez de pensar na biopolítica resumida a uma fórmula<sup>2</sup> (como se verá adiante: “fazer viver e deixar morrer”) que busca explicar e dar conta de todos os possíveis problemas advindos de uma tomada da política sobre a vida e sobre os corpos.

Ao mesmo tempo, tem sido um desafio que tem provocado diferentes leituras de vários pesquisadores<sup>3</sup> da obra de Foucault tentar compreender não só quais os momentos de passagem de um regime a outro, mas se e como é possível ler na própria obra de Foucault como diferentes regimes de poder convivem e se “retroalimentam”, não fazendo sentido falar de regimes muito bem definidos nos seus limites de tempo histórico, dispositivos e estratégias, mas, para usar os termos foucaulteanos, eles “se completam”. É, bem verdade, o próprio Foucault havia deixado claro na última aula do curso *Em Defesa da Sociedade*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre as tentativas de se resumir a Biopolítica a uma fórmula presente no enunciado “fazer viver e deixar morrer”, ver o interessante artigo de Daniele Lorenzini (2020) em que ele apresenta a noção de “biopolítica diferencial”.

<sup>3</sup> Ver César Candioto (2020), Thiago Ribas (2017) e Thomas Lemke (2018).

<sup>4</sup> Em “Impressões de Michel Foucault”, Roberto Machado (2017) relata o desapontamento por ter acompanhado todo o curso com um ar de frustração que veio seguido de uma enorme empolgação dado o impacto que a última aula do curso “*Em Defesa da Sociedade*” causou: “Durante as aulas eu me dizia: ‘Meu Deus, troquei o verão carioca para ouvir Michel falar de Brouillonvilliers, que nem sei quem é, em quem não tenho o menor interesse’. Estava decepcionado e não fazia segredo disso. Depois da penúltima aula, confessava a um amigo francês meu desapontamento com o curso daquele ano, que não valia as praias de verão do Rio e esse amigo me interrompeu dizendo, quase sussurrando, para eu ter cuidado, pois Foucault estava perto e poderia ouvir. É pouco provável que isso tenha acontecido. Mas, coincidentemente, a aula seguinte, a última do ano, foi especial. Em meio àquela factualidade, surgia uma nova ideia importante de sua análise do poder. Além da noção de disciplina, bem diferente das tecnologias disciplinares – que atuam para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço,

“Eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente, em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer viver’ e ‘deixar morrer’. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer”. (FOUCAULT, 2010, p. 202)

Assim, qualquer tentativa de discutir “corpo como realidade biopolítica” deve partir dessa proposição de que os regimes de soberania e os regimes biopolíticos se interpenetram, perpassam e se modificam. Na mesma aula de 1976, Foucault chama atenção de que no desenvolvimento de tecnologia do poder na biopolítica, diferentemente do poder disciplinar, não se trata mais de um “treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo” (2010, p. 207). Não se trataria mais de considerar somente o indivíduo no nível do detalhe – algo que é importante e será abordado adiante -, mas de levar em conta a vida e os processos biológicos do homem-espécie e assegurar sobre eles não mais uma disciplina, mas uma regulamentação.

Por sinal, é interessante observar que Foucault formula inicialmente a biopolítica como “biopolítica da espécie” e, depois, passa a usar a noção de “biopolítica da população”, provavelmente para destacar o elemento inovador desse regime de poder dando origem à observação sobre um novo corpo, um corpo múltiplo.

A teoria do direito, no fundo, só conhecia o indivíduo e a sociedade: o indivíduo contratante e o corpo social que fora constituído pelo contrato voluntário ou implícito dos indivíduos. As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito, pelo menos numerável. É a noção de ‘população’. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento. (FOUCAULT, 2010, p. 206)

---

da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame -, despontava o biopoder”. (MACHADO, 2017, pp. 66-67)

Em seu curso “Segurança, Território e População”<sup>5</sup>, no Collège de France, é na análise sobre a relação entre doenças viróticas, que assolaram a humanidade pela alta incidência de mortalidade, e os modos de poder e de governo que vemos novamente desenvolvidas referências ao corpo dentro das práticas médicas. Neste curso podemos encontrar um material de pesquisa que demarca uma mudança de técnicas de governo e de gestão da economia com a mobilização que se deu para lidar com epidemias como a lepra, a peste e a varíola. Para cada epidemia, tanto a varíola na modernidade, como a lepra e a peste, em que os grandes surtos ocorreram por volta dos séculos XVI e XVII, respectivamente, identificou-se uma correlação de um modo de tratar a doença e os modos de se governar. Michel Senellart (2008c) comenta que é nesse curso que surge, dentro da biopolítica, a preocupação sobre o governo que ocupará a partir de então boa parte das preocupações de Foucault a partir da formulação do conceito de governamentalidade.

Vemos que a palavra ‘governar’, antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere a um deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e à cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou a um processo de troca que passa de um indivíduo a outro. Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2008c, p. 164)

Vale destacar que se o curso “Segurança, Território e População” é apresentado por Foucault como um estudo dos mecanismos pelos quais se desenvolveu em meados do século XVIII um novo regime de poder, o curso acabou cedendo espaço para uma história da governamentalidade. Senellart considera que há uma espécie de deslocamento do “centro de gravidade” do curso da questão do biopoder para o governo e essa “virada radical” acaba por marcar uma preocupação com o “governo de si e dos outros”, mesmo a genealogia da biopolítica nunca tendo deixado de compor o horizonte de investigação do curso.

---

<sup>5</sup> Sobre a forma como a gestão de diferentes epidemias entre os séculos XVI e XVIII permitem a leitura de diferentes regimes de poder, ver o artigo “Políticas da Morte” de Regiane Collares e Luis Celestino, publicado no volume I, 2020 da revista Internacional Voluntas.

É notório ainda que Foucault permanece trabalhando com a biopolítica a partir dos dois polos apresentados na História da Sexualidade, ou seja, a sujeição do corpo individual e a regulação do corpo-população, ou seja, na perspectiva foucaultiana, uma separação do corpo no regime disciplinar e do corpo nos regimes biopolíticos. De certa forma, Foucault aponta para algo nesse sentido em “Vigiar e Punir” quando chama a atenção para o fato de que “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2009, p. 29)

La manière dont Foucault convoque, à plusieurs reprises, l’histoire des diverses épidémies du Moyen Âge et de l’âge classique est caractéristique: l’examen de l’espace déserté des léproseries médiévales, bientôt réinvesti par les insensés, ouvre Histoire de la folie; le contraste entre ce modèle ancien et les mesures de quadrillage inventées, au XVII<sup>e</sup> siècle, pour contrôler l’épidémie de peste éclaire l’origine des mécanismes disciplinaires dans Surveiller et Punir; cette dualité exclusion-discipline est elle-même remise en jeu un peu plus tard, puisque à la peste et à la lèpre Foucault va opposer l’épidémie de variole, creuset d’une rationalité de type statistique et de pratiques inédites, préluant aux nouvelles formes de gouvernementalité. À chaque moment donc, les distinctions conceptuelles élaborées pour rendre compte de l’exercice du pouvoir sont comme retrempées dans cette histoire de la maladie, et l’évolution des techniques politiques est ainsi exposée à l’intervention extérieure d’événements dont l’irruption décourage toute tentative pour en produire une histoire linéaire. Faire de l’épidémie de peste le déclencheur d’une série d’innovations dans le contrôle des corps, puis de celles-ci un modèle que les principales institutions sociales généraliseront, deux siècles plus tard, aux circonstances normales de la vie collective, c’est bien faire jouer, dans l’histoire des disciplines, ce que L’Ordre du discours nommait le hasard, le discontinu et la matérialité<sup>6</sup>. (POTTE-BONEVILLE, 2012, p. 92)

No curso de 1978-1979, “O Nascimento da Biopolítica”, Foucault se propõe a estudar a constituição de um “regime de veridicção” na formulação geral do liberalismo para, em seguida,

---

<sup>6</sup> É característica a forma como Foucault evoca, em várias ocasiões, a história das várias epidemias da Idade Média e da Idade Clássica: o exame do espaço deserto das colônias de leprosos medievais, logo reinvestido pelos loucos, abre a História da loucura; o contraste entre este modelo antigo e as medidas de grade inventadas no século 17 para controlar a epidemia de peste lança luz sobre a origem dos mecanismos disciplinares em Surveiller et Punir; essa dualidade exclusão-disciplina é ela mesma posta em jogo um pouco mais tarde, pois à peste e à lepra Foucault se oporá à epidemia de varíola, cadinho de um tipo de racionalidade estatística e de práticas inéditas, prelúdio do novo formas de governamentalidade. A cada momento, portanto, as distinções conceituais elaboradas para dar conta do exercício do poder são, por assim dizer, re-imersas nessa história da doença, e a evolução das técnicas políticas fica assim exposta à intervenção externa de eventos cuja erupção desencoraja qualquer tentativa de produzir uma história linear. Fazer da epidemia de peste o estopim de uma série de inovações no controle dos corpos, modelo então que as principais instituições sociais generalizarão, dois séculos depois, às circunstâncias normais da vida coletiva, é colocar em jogo, na história das disciplinas, o que A Ordem do Discurso chamou de acaso, descontinuidade e materialidade”

desenvolver o problema da política sobre a vida. Ao mesmo tempo, chama a atenção que o “núcleo central” passa a ser a “população”.

Eu tinha pensado em lhes dar este ano um curso sobre a biopolítica. Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas têm como núcleo central, claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, é a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental – e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes a modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois de soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que, poderemos, parece-me apreender o que é a biopolítica. (FOUCAULT, 2008b, p. 29-30)

A análise das condições de surgimento da biopolítica acabou não ganhando destaque em comparação a uma genealogia do liberalismo. Nem por isso, deve se considerar um abandono de Foucault de uma análise das condições de surgimento de novas estratégias, dispositivos, instituições e tecnologias do poder. Feita essa breve leitura que, ressalte-se, não tem pretensão de esgotar as leituras sobre o corpo na biopolítica em Foucault, é possível voltar atenção para a conferência sobre Medicina Social quando ele afirma que “o corpo é uma realidade biopolítica”.

### **3. Das disciplinas do corpo às regulações da população.**

Antes de voltar à conferência sobre Medicina Social, é importante observar que mesmo quando se fala aqui de “sujeição dos corpos” nos regimes disciplinares, sempre se está pensando em “corpos produtivos”. Não se trata, portanto, de pensar corpos subjugados no sentido de “corpos paralisados”.

Ao mesmo tempo, não se trata aqui somente de um “corpo biológico”, fisiológico e material, mas de um corpo cuja existência vai além disso e cuja realidade se inscreve através de um sistema político. Há algo que parece adquirir realidade no corpo quando esse é instigado, incitado e provocado por estratégias e técnicas de poder. Quando apresenta o que considera uma “microfísica do poder” em “Vigiar e Punir”, Foucault ressalta que o poder não deve ser concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia e que os efeitos de dominação não sejam vistos como algo a ser apropriado, mas observem-se dispositivos, estratégias e técnicas.

“Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. Estudaram-no no campo de uma demografia ou de uma patologia históricas;

encararam-no como sede de necessidades e apetites, como lugar de processos biológicos e de apetites, como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos, como alvos de ataques microbianos ou de vírus: mostraram até que ponto os processos históricos estavam implicados no que se poderia considerar a base puramente biológica da existência; e que lugar se deveria conceder na história das sociedades a acontecimentos” biológicos como a circulação dos bacilos ou o prolongamento da duração da vida. Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação ; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil quando é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso”. (FOUCAULT, 2009, p. 28)

Essa sujeição não é obtida somente pela violência ou pela ideologia, ela pode ser “calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas, nem do terror, e no entanto, continua a ser física” (FOUCAULT, 2009, p. 28). Como destaca Foucault, uma ciência do corpo não é necessariamente um saber sobre o funcionamento físico-biológico, mas uma tecnologia difusa que, raramente é formulada em discursos contínuos e sistemáticos. “Esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2009, p. 28).

É importante perceber que Foucault afastou de suas análises a ideia de um corpo natural a ser modificado<sup>7</sup>, bem como a noção de uma individualidade a ser construída de forma artificial. O que interessava era chamar atenção para a constituição de um sujeito a partir dos desdobramentos das múltiplas relações de poder, algo que ocorre tanto nos regimes disciplinares como no regime da biopolítica e, conforme apresentado aqui, não é visto necessariamente de forma separada ou com limites muito bem delineados de onde se encerra um e começa outro.

Não é de passar despercebido aqui a noção de indivíduo. Quando da passagem pelo Brasil em 1974, por conta da conferência sobre a Medicina Social, o Jornal do Brasil publicou um texto de Foucault em que o mesmo afirma: “o que me parece característico da forma de

---

<sup>7</sup> É importante prestar atenção nessa passagem de *Vigiar e Punir* que exemplifica uma diferença da leitura de Foucault sobre o corpo em relação a uma “concepção platônica” de corpo. “Não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falamos e que nos convidamos a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma alma o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo”. (FOUCAULT, 2009, p. 32)

controle atual é o fato de que o poder se exerce sobre cada indivíduo: um controle que nos fabrica, impondo-nos uma individualidade, uma identidade”.

“Ora, através dessa técnica de sujeição, um novo objeto vai-se compondo e lentamente substituindo o corpo mecânico – o corpo composto de sólidos e comandado por movimentos, cuja imagem tanto povoara os sonhos dos que buscavam a perfeição disciplinar. Esse novo objeto é o corpo natural, portador de forças e sede de algo durável; é o corpo suscetível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes. O corpo, tornando-se alvos dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais do que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais, corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e limitações funcionais” (FOUCAULT, 2009, p. 157)

Giovana Temple (2013)<sup>8</sup> chama atenção para o fato de que “o indivíduo não é o outro do poder que por ele poderia ser anulado, reprimido. De fato, o indivíduo é um dos seus efeitos mais importantes” (2013, p. 76). A leitura de Foucault buscou analisar o modo em que se constitui o corpo do indivíduo sujeitado pelas estratégias disciplinares. Um corpo que passa a se constituir permitindo e obrigando os indivíduos a aumentarem aptidões, habilidades e força para que se tornem “úteis” ao aparelho de produção da sociedade.

No dia 20 de abril de 1978, em Tóquio, no Japão, um mês após o fim do curso Segurança, Território e População, Michel Foucault profere a conferência “Sexualidade e Poder”. É interessante perceber que no ano em que publicou o prefácio da coleção sobre A Vida dos Homens Infames; no mesmo mês em que fez a conferência “O que é a crítica?” apresentando uma leitura sobre *Aufklärung* de Immanuel Kant, Foucault volta ao tema da intensificação dos corpos e novamente destaca-se a presença decisiva da noção de indivíduo na

---

<sup>8</sup> Em seu livro “Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault”, Temple (2013) faz uma aprofundada genealogia do acontecimento dedicando uma leitura cuidadosa do modo pelo qual Foucault se vale das análises da pesquisa genealógica de Nietzsche bem como da apropriação de acontecimento estoico por Foucault. Para exemplificar a importância dessa leitura genealógica de Foucault, aqui se destaca um trecho do texto “Nietzsche, Genealogia e a História”: “O corpo – e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft* : sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. (FOUCAULT, 2011, p. 22)

sua reflexão sobre poder e saber sobre os corpos. A citação é longa, mas bastante esclarecedora a esse respeito:

Certamente, eles interditavam e puniam, mas o objetivo essencial dessas formas de poder – o que constituía sua eficácia e solidez – era permitir, obrigar os indivíduos a aumentar sua eficácia, suas forças, suas aptidões, em suma, tudo aquilo que possibilitasse utilizá-los no aparelho de produção da sociedade: investir nos indivíduos, situá-los onde eles são mais úteis, formá-los para que tenham esta ou aquela capacidade; é isso que se tentou fazer no exército, a partir do século XVII, quando as grandes disciplinas foram impostas, o que não era feito outrora. Os exércitos ocidentais não eram disciplinados – eles foram disciplinados, soldados foram convocados para se exercitar, para marchar em fila, para atirar com fuzis, para manipular o fuzil desta ou daquela maneira, de forma que o exército tenha o melhor rendimento possível. Da mesma maneira, vocês têm todo um adestramento da classe operária, ou melhor, do que não era ainda a classe operária, mas trabalhadores capazes de trabalhar nas grandes oficinas, ou simplesmente nas pequenas oficinas familiares ou artesanais, eles foram habituados a morar em tal ou tal habitação, a gerir sua família. Vocês veem uma produção de indivíduos, uma produção das capacidades dos indivíduos, da produtividade dos indivíduos; tudo isso foi conseguido através de mecanismos de poder nos quais existiam as interdições, mas apenas existiam a título de instrumentos. O essencial de toda essa disciplina dos indivíduos não era negativo. (FOUCAULT, 2017, p. 73)

Nesse sentido, é interessante perceber conforme já discutido anteriormente pelo menos dois aspectos: 1. Mesmo quando Foucault fala de um regime de disciplinar e de uma política de sujeição dos corpos, ele fala de um processo produtivo, de intensificação dos corpos, de desenvolvimento e produção de capacidades. A produção de indivíduos está relacionada à produção de corpos produtivos; 2. Não há em Foucault uma delimitação clara e uma fronteira muito bem delineada e definida entre soberania e biopolítica. Pelo contrário, em diferentes momentos da obra há referências a um entrelaçamento desses diferentes regimes de poder. Nesse sentido, o “corpo biopolítico” pode estar presente tanto no regime soberano como no regime biopolítico já que não há uma separação entre eles<sup>9</sup>.

No item a seguir, volta-se a uma leitura sobre “O Nascimento da Medicina Social”, conforme visto, conferência proferida em 1974 no Rio de Janeiro que ganha destaque não só porque pela primeira

---

<sup>9</sup> Não se ignora aqui que diferentes comentadores da obra de Michel Foucault e pesquisadores da Biopolítica identificam essa não separação ou esse melhor delineamento entre os regimes da biopolítica e o regime da soberania como um dos problemas da leitura de Foucault. Entre os problemas gerados por isso, estaria a busca de compreender que se a Biopolítica é uma política sobre a vida, qual o lugar da morte na Biopolítica visto que esse regime se imiscui com a soberania onde o “Direito de fazer morrer” se sobressai? Sobre isso, a leitura de Roberto Esposito (2018) nos parece bastante original na proposição tanto de um paradigma imunitário quanto da existência de uma Biopolítica em Nietzsche, sobretudo na obra Genealogia da Moral.

vez Foucault usa o termo “Biopolítica” como o corpo se enuncia como algo importante para a sua compreensão.

### **3. Medicina como estratégia biopolítica**

A conferência “O Nascimento da Medicina Social” foi publicada no Brasil dentro da série de textos organizados por Roberto Machado no final dos anos 1970 intitulado “Microfísica do Poder” e que compõe um dos livros de Michel Foucault com o maior número de reedições, leituras críticas em diferentes momentos e abordagens de comentadores de diversos campos. Não há intenção aqui, portanto, de reproduzir esse caminho de recepção do texto e seus desdobramentos críticos vindos de diferentes analistas que se apropriaram da leitura de Foucault. Novamente é importante destacar que não se busca “um sentido originário” ou uma “verdade” do texto escondido sobre camadas. Foucault não fez uma genealogia da biopolítica. Trata-se de um projeto que, numa certa medida, tem desafiado leitores de sua obra. O que se busca aqui, talvez, remontar a esse texto a abordagem sobre a biopolítica para oferecer uma leitura crítica do lugar do corpo nesse debate.

Foucault inicia a conferência apresentando uma crítica a leituras de que a medicina moderna nascida no fim do século XVIII se constituiria como uma medicina individual já que o nascimento dessa medicina coincidiria com o nascimento do capitalismo na Europa. Assim, Foucault inicia a conferência lançando duas questões:

A questão é de saber se a medicina moderna, científica, que nasceu em fins do século XVIII entre Morgani e Bichat, com o aparecimento da anatomia patológica, é ou não individual. Pode-se dizer – como dizem alguns, em uma perspectiva que pensam ser política, mas que não é por não ser histórica – que a medicina moderna é individual porque penetrou no interior das relações de mercado? Que a medicina moderna, na medida em que é ligada a uma economia capitalista, é uma medicina individual, individualista, conhecendo unicamente a relação de mercado do médico com o doente, ignorando a dimensão global, coletiva, da sociedade? Procurarei mostrar o contrário: que a medicina moderna é uma medicina social que tem por background uma certa tecnologia do corpo social; que a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente”. (FOUCAULT, 2008 a, p. 79)

Foucault reconstitui três etapas na formação da medicina social: medicina de Estado; medicina urbana e medicina da força de trabalho. Foucault deixa claro que quer se contrapor a uma visão de que a constituição do corpo como algo investido política e socialmente como força de trabalho, ou seja, não foi a princípio como força de produção que o corpo foi atingido pelo saber médico. “Não foi o corpo que trabalha, o corpo do proletário que primeiramente foi

assumido pela medicina. Foi somente em último lugar, na 2ª metade do século XIX, que se colocou o problema do corpo, da saúde, e do nível da força produtiva dos indivíduos”. (FOUCAULT, 2008a, p. 80)

O empreendimento de Foucault nessa conferência é, como ele muito bem deixa claro no texto, rebater a hipótese de que com o advento do capitalismo teria havido uma passagem da medicina coletiva para a medicina individual. O curioso é que já em 1974 alguns temas que aparecerão mais tarde em outros textos e cursos já estavam tratados ali ainda que de forma embrionária como, de certa forma, o tema da razão de Estado que marcará alguns escritos da segunda metade da década de 1970.

Michel Foucault lembra, ainda a título de introdução, que na história da medicina na Idade Média, a medicina medieval era de tipo individualista e “as dimensões coletivas da atividade médica extraordinariamente discretas e limitadas” (FOUCAULT, 2008 a, p. 80). É aí então que apresenta as hipóteses sobre o nascimento da medicina social no século XVIII, afastando-se da leitura de que o controle da sociedade começa pela consciência, o que evidencia seu distanciamento com perspectivas do existencialismo francês e se distanciando ainda da leitura de um controle pela ideologia, o que marca também sua diferença com uma leitura marxista.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, pelo corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2008 a, p. 80)

Colocada como uma “estratégia biopolítica”, a medicina precisa ser compreendida como um conjunto de práticas, saberes e discursos fundamentais na produção de um regime de verdade. A medicina não produz somente curas. Não produz somente saúde. A medicina produz verdades dentro de um jogo complexo em que a política investe sobre os corpos e sobre a vida. Não à toa Foucault começa todo um campo de investigação teórica que vai marcar boa parte de sua obra a partir de então olhando primeiramente para a medicina. Porque é justamente na medicina que vai se observar pela primeira vez essa produção intensiva de corpos.

A medicina de Estado é observada inicialmente e sobretudo na Alemanha do século XVIII. Foucault chama atenção para o advento de uma Staatswissenschaft, uma ciência do

Estado. Tratava-se de um conjunto de conhecimentos que tem por objeto o Estado. No entanto, esses não eram restritos a recursos naturais, mas ao funcionamento geral do aparelho político. “Conjunto de procedimentos pelos quais o Estado extraiu e acumulou conhecimentos para melhor assegurar seu funcionamento” (FOUCAULT, 2008 a, p. 81). Não passou despercebido também o fato de essa “ciência do Estado” ter surgido na Alemanha e não na França e na Inglaterra. Sendo Estados menores e fragmentados e, ao mesmo tempo, mais pobres que os vizinhos, essa ciência surgiu como uma forma de gestão de recursos econômicos como de gerenciamento de recursos para o enfrentamento com os Estados vizinhos.

Essa medicina de Estado que aparece de maneira bastante precoce, antes mesmo da formação da grande medicina científica de Morgani e Bichat, não tem, de modo algum, por objeto a formação de uma força de trabalho adaptada às necessidades das indústrias que se desenvolviam nesse momento. Não é o corpo que trabalha, o corpo do proletário que é assumido por essa administração estatal da saúde, mas o próprio corpo dos indivíduos enquanto constituem globalmente o Estado: é a força, não do trabalho, mas estatal, a força do Estado em seus conflitos, econômicos, certamente, mas igualmente políticos, com seus vizinhos. É essa força estatal que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver. Há uma espécie de solidariedade econômico-política nesta preocupação da medicina de Estado. Seria, portanto, falso ligar isto ao cuidado imediato de obter uma força de trabalho disponível e válida. (FOUCAULT, 2008 a, p. 84)

O que o filósofo francês chama atenção nesse trecho é, entre outras coisas, dois aspectos. O primeiro é que não há uma separação entre Estado e forças econômicas nesse momento. Pelo contrário, a medicina de Estado é fruto justamente de uma aliança ou de uma “solidariedade econômico-política”. Não há, portanto, uma separação ou uma distância de um capitalismo ainda emergente e do Estado. Outro aspecto importante é que se funda uma espécie de nova estrutura administrativa que carrega uma nova racionalidade ou uma nova arte de governar, tema que será melhor desenvolvido anos depois, mas que já aparece em 1974.

Giovana Temple (2013) chama atenção para o fato de que, ao que tudo indica, na obra de Foucault a noção de ciência do Estado (*Staatswissenschaft*) apareça somente nessa conferência de 1974, o que não significa que Foucault tenha deixado de lado a relação entre biopolítica e Estado, algo que é presente, por exemplo, quando ele passa à análise de *Polizeiwissenschaft*, noção que representa uma tecnologia de poder que se ocupa da população. “Daí o desenvolvimento, na segunda metade do século XVIII, do que foi chamado de *Medizinischepolizei*. Quer dizer, uma polícia médica cujo objetivo é a melhoria da população” (TEMPLE, 2013, p. 87). Trata-se de um momento em que o cuidado com a vida da população se tornou dever do Estado.

O segundo movimento da medicina social observado por Foucault é a “medicina urbana” surgida na França no século XVIII. “Sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado” (FOUCAULT, 2008 a, p. 86). Enquanto no século XVII, eram observadas as revoltas camponesas, no século XVIII, passa-se a observar as revoltas urbanas a partir do surgimento de uma plebe que começava a se proletarizar nos ambientes urbanos. “É então que aparece e se desenvolve uma atividade de medo, de angústia diante da cidade” (FOUCAULT, 2008 a, p. 87). Quais eram os medos? Medo do amontoamento da população, medo das epidemias, dos cemitérios, dos esgotos, das casas desabarem.

A medicina urbana tem três grandes objetivos: 1. “Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos” (FOUCAULT, 2008 a, p. 89); 2. Controle da circulação, notadamente da água e do ar; 3. Organização de “distribuição e sequência”. A questão era: “Onde colocar os diferentes elementos necessários à vida comum na cidade?” (FOUCAULT, 2008 a, p. 91). É assim, por exemplo, que são pensados os esgotos, cemitérios, é criada uma política pluvial (para onde canalizar a água da chuva) e fluvial (como se dá a ocupação no entorno dos rios). “De tal modo que em 1789, quando começa a Revolução Francesa, a cidade de Paris já tinha sido esquadrihada por uma política médica francesa” (FOUCAULT, 2008 a, p. 91)

No curso *Os Anormais*, Foucault desenvolve na segunda aula um modelo de exclusão do leproso na Idade Média. Os indivíduos eram excluídos acompanhados de uma cerimônia fúnebre e considerados mortos. Esse modelo de “exclusão” foi substituído pelo modelo da “inclusão” entre fins do século XVII e início do século XVIII. Para isso, foi necessária a constituição de um conjunto de saberes e práticas que permitissem um controle diferente sobre os indivíduos.

Em todo caso, no que concerne ao controle dos indivíduos, Foucault afirma, tanto em *O Nascimento da Medicina Social* quando no curso *Os Anormais*, que o ocidente só teve esses dois grandes modelos, a exclusão do leproso e a inclusão do pestífero. Modelos distintos de controle dos indivíduos já que as práticas de controle da peste, diferentemente das de controle da lepra, se desenvolvem com a inclusão do corpo doente na sociedade. Inclusão necessária para o desenvolvimento de medidas de controle dirigidas aos processos próprios da vida, como a morte, a doença, a produção, a longevidade. Por isso, trata-se de um poder que não é ligado ao desconhecimento, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que

asseguram a formação, o investimento, a acumulação, o crescimento do saber. (TEMPLE, 2013, p. 89)

Chega-se, enfim, ao terceiro modelo de medicina social, no caso, o modelo inglês. Foucault divide a análise em dois momentos: 1. A aprovação da *Lei dos Pobres*: 2. A criação dos sistemas de *Health Service*. Ambos os momentos se situam no século XIX na Inglaterra, país onde a Revolução Industrial configurara primeiro o advento de uma classe proletária. A *Lei dos Pobres* aprovada pelo Parlamento Britânico em 1840 consistiu resumidamente na aprovação no âmbito do ordenamento jurídico inglês de uma legislação que, de forma ambígua, instaurava a ideia de uma assistência controlada em que as questões médicas “ajudavam os mais pobres” nas questões de saúde, ao mesmo tempo que garantia às classes ricas uma espécie de “cordão sanitário” afastando a possibilidade de epidemias vindas das classes mais pobres. Já a criação dos sistemas de *Health Service* se aproximam, numa certa medida, do modelo francês de saúde urbana. Trata-se de um conjunto de dispositivos que visavam regular os espaços sociais e comuns e que, na Inglaterra, foram objeto de uma relativa resistência.

De maneira geral, pode-se dizer que diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. (FOUCAULT, 2008a, p. 97)

Conforme ressalta no final da conferência, os sistemas médicos dos países mais ricos e industrializados nos anos 1970, articulavam esses três modelos de medicina (Medicina de Estado, Medicina Urbana e Medicina da força de trabalho). Giovana Temple (2013) oferece uma leitura que sintetiza a relevância dessa conferência para a compreensão da biopolítica:

Compreendida a efetividade das práticas de exclusão (do leproso) e de inclusão (do pestífero), podemos afirmar que ela corresponde, respectivamente, a um poder que determina a morte e um poder que investe sobre o corpo vivo, na gestão e na valoração de suas forças. Estamos nos referindo à distinção primordial entre o exercício do poder soberano e as práticas e técnicas de poder que se desenvolvem a partir do século XVIII. Enquanto o poder soberano se exerce como a força que decide pela morte, o exercício da biopolítica consiste no exercício ilimitado do poder sobre a vida. Um poder que se efetiva por meio de uma intervenção minúscula e incessante sobre a vida, pois não é o caso de simplesmente se decidir pela vida, mas pela manutenção produtiva da vida. (TEMPLE, 2013, p. 92)

Feita essa leitura, algumas breves questões são apresentadas a título de considerações finais.

### **Considerações Finais**

Com toda a complexidade que o olhar de Foucault trouxe sobre a biopolítica, não há como ignorar a presença do corpo em suas análises e, muito menos, de afastá-lo das leituras sobre a vida. Não há uma separação nítida e tanto “corpo” como “vida” são categorias trabalhadas de formas diferentes ao longo de sua obra. Neste artigo, há uma leitura parcial que não esgota a possibilidade de leituras futuras possíveis incluindo outros textos, notadamente os presentes nos volumes dos Ditos e Escritos ou mesmo textos ainda inéditos. “Corpo” e “vida” se entrelaçam.

Se a vida é hoje objeto principal da política ou, como bem chamou atenção Peter Pal Pelbart, “a vida mesma tornou-se um capital, senão ‘o’ capital por excelência, de que todos e, qualquer um, dispõem virtualmente, com consequências políticas a determinar” (2011, p. 13). Se é impossível debater política hoje sem observar que a vida se tornou o seu principal “capital”, o percurso da leitura de Michel Foucault feita nesse trabalho ajuda a compreender que qualquer análise sobre a biopolítica passa por ver de que forma as estratégias, dispositivos e tecnologias atravessam e capturam o corpo.

Se as fronteiras e os entrelaçamentos entre os regimes da soberania e o regime da biopolítica tem instigado pesquisadores da obra de Foucault a compreenderem de que forma essas relações se estabelecem, talvez seja importante analisar sempre como essas relações envolvem o corpo. Não deixa de ser curioso e não parece ser mera coincidência que justamente no capítulo em que faz uma ligação entre a endocrinologia como um sistema de comunicação, Paul B. Preciado (2018) pense o “corpo moderno biopolítico” a partir da leitura da medicina contemporânea. Foi justamente numa conferência sobre “medicina social” que Foucault formulou pela primeira vez a noção de biopolítica e afirmou que o “corpo é uma realidade biopolítica”.

Preciado parece assim pensar com Foucault e para além de Foucault dar conta de uma questão da biopolítica, instigando outros pesquisadores a novas e intensivas leituras. Assim, a questão do corpo biopolítico se inscreve entre os temas que ainda provocarão muitas discussões em diferentes textos filosóficos. Numa das mais belas passagens da História da Sexualidade, nas primeiras páginas do “Uso dos Prazeres”, Foucault pergunta: “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição do conhecimento e não, de certa maneira, e tanto quanto possível o descaminho daquele que conhece?”

### Referências Bibliográficas

- CANDIOTTO, César. *A Dignidade da Luta Política: incursões pela Filosofia de Michel Foucault*. Caxias do Sul, EDUCS, 2020.
- ESPOSITO, Roberto. *Bios. Filosofia e Política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro, Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*. Rio de Janeiro, Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo, Politeia, 2018.
- MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo, N-1, 2017.
- PELBART, Peter Pal. *Vida Capital: ensaios sobre biopolítica*. São Paulo, Iluminuras, 2011.
- POTTE-BONNEVILLE, Mathieu. “Les corps de Michel Foucault” in: *Cahiers Philosophiques*. <https://doi.org/10.3917/caph.130.0072>.
- PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São, Paulo, N- 1, 2018.
- PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. Florianópolis, *Revista Estudos Feministas*, 2011.
- RIBAS, Thiago. *Foucault: saber, verdade e política*. São Paulo, Intermeios, 2017.
- SENEILLART, Michel. Situação do curso in FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008c.
- TEMPLE, Giovana Carmo. *Acontecimento, Poder e Resistência em Michel Foucault*. Cruz das Almas, UFRB, 2013.